

O Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH)

Maria de Fátima Guimarães Bueno*

Resumo

Este relato, dentre outras versões possíveis, pontua a origem do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH) da Universidade São Francisco e descreve mudanças ocorridas em relação à natureza e escopo iniciais da entidade, bem como registra os procedimentos de coleta, organização e preservação documental implementados, visando garantir o acesso aos documentos que compõem o seu acervo. De forma correlata, registra o processo de ampliação desse acervo no transcorrer de tais mudanças, com o fito de apresentar os fundos e as coleções documentais que são custodiadas pelo CDAPH, na atualidade.

Palavras-chave: Preservação documental; História da educação.

The Center of Documentation and Support to the Research in History of Education (CDAPH)

Abstract

This report, amongst other possible versions, shows the origin of the Center of Documentation and Support to the Research in History of Education (CDAPH) of the São Francisco University and describes changes occurred in respect to the initial nature and goal of the entity, as well as registers the implemented procedures of collecting, arrangement and documentary preservation, aiming to guarantee the access to the documents that compose its quantity. Correlatively, this report registers the process of increasing the collection in the time of such changes, with a view to present the funds and the documentary collections that are presently in the custody of CDAPH.

Keywords: Documentary preservation; History of education.

O CDAPH (Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação)¹ tem sua origem no Centro de Memória Regional (CMR). O CMR foi criado por iniciativa do então coordenador do Instituto Franciscano de Antropologia (IFAN), Frei Hugo Baggio, OFM, quando este resolveu levar adiante o projeto do historiador Francisco César de Araújo² para criar um centro de memória regional³ na Universidade São Francisco, no câmpus de Bragança Paulista.

De acordo com o primeiro Guia do CMR sua criação data de março de 1987 e seu objetivo era:

[...] recolher documentação relativa à região bragantina: Bragança Paulista, Itatiba, Atibaia, Jarinu, Nazaré Paulista, Bom Jesus dos Perdões, Piracaia, Joanópolis, Extrema, Camanducaia, Itapeva, Cambuí, Bueno Brandão, Munhoz, Pinhalzinho, Pedra Bela, Socorro, Amparo, Lindóia, Termas de Lindóia, Monte Sião, Ouro Fino e Morungaba.⁴ E ainda, organizar, inventariar, descrever, preservar e garantir o acesso a essa documentação. (Guia do CMR, 1990, p. 5)

Em fins da década de 90, o então CMR deixou de existir para dar origem ao Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH).⁵ Este foi criado junto ao Ifan,⁶ em fins dos anos 90.

O CDAPH⁷ foi criado com a proposta de congregar acervos de origem e natureza diversas, visando garantir a acessibilidade de tais acervos aos pesquisadores.⁸ A entidade tinha por objetivo identificar, organizar e preservar arquivos e coleções de valor histórico e informativo, relativos à história da educação brasileira, em particular do período republicano.

O acervo: fundos e coleções

O acervo documental do CMR teve sua origem com o levantamento e a coleta de periódicos publicados em Bragança Paulista e nas cidades circunvizinhas, bem como na própria instituição.⁹ Na época, o CMR contava com 73 títulos de jornais e 15 títulos de revistas, correspondentes ao período de 1877 a 1990. Em sua grande parte, estes periódicos haviam sido publicados na região bragantina. A *Coleção de Periódicos do CMR* deu origem à *Coleção de Periódicos do CDAPH*, que se ampliou no decorrer destes anos. Ela é formada por revistas, boletins, jornais, anuários e almanaques. Seus títulos pertencem, na maior parte, ao período que se estende de fins do século XIX à segunda metade do século XX. Além da existência de títulos internacionais, destacamos alguns títulos de periódicos nacionais reunidos na coleção: *Fon-Fon*, *Careta*, *Revista da Semana*, *Cultura*, *Excelsior*, *Anhemi*, *Guaripocaba*,

*Endereço para correspondência:
E-mail: fatimaguimaraes@saofrancisco.edu.br

A Ordem, Revista Escolar, Kosmos, Revista Vozes, L'Illustracion, Inteligencia, Hora Presente, Jornal do Commercio, O Novo Mundo, dentre outros. No momento, o CDAPH possui 228 títulos nacionais e 18 títulos internacionais de periódicos identificados e listados.

No esteio da *Coleção de Periódicos*, formou-se uma pequena hemeroteca a partir de duas doações. A primeira, de Nicola Cortez, é formada por recortes de artigos de jornais colecionados quando de sua gestão enquanto prefeito municipal de Bragança Paulista, no período de 1989 a 1992. A segunda, de Milton de Oliveira (1932-19..), é formada por recortes de artigos de autoria do próprio doador, publicadas no período em que ele foi correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* na região bragantina (1975-1985). Tais artigos trazem referências às cidades de Águas de Lindóia (SP), Amparo (SP) Atibaia (SP), Bragança Paulista (SP), Camanducaia (MG), Extrema (MG), Morungaba (SP), Monte Alegre (SP), Monte Verde (MG), Monte Sião (MG), Monte Verde (MG), Nazaré Paulista (SP), Pedra Bela (SP), Pinhalzinho (SP), Piracaia (SP), Pouso Alegre (MG), Santa Rita do Sapucaí (MG), Serra Negra (SP), Socorro (SP), Vargem (SP) e Tuiuti (SP).

O início da *Coleção Memória da Região Bragantina* também ocorreu quando da criação do CMR. Ela é formada por documentos de origem e natureza diversas. Reúne fotografias de Bragança Paulista e Itatiba, mapas da cidade, publicações sobre a história local e das cidades circunvizinhas, impressos relativos às festividades religiosas e efemérides.

Ainda, data dessa época, o início da *Coleção Universidade São Francisco*. Esta reúne vários álbuns fotográficos de eventos realizados na Universidade, fotografias de festivais de música ocorridos na instituição no início da década de 70, fotografias das fachadas dos prédios e das instalações físicas que foram sendo ampliadas com a abertura de novos cursos, algumas fitas de vídeo cuja temática, direta ou indiretamente, diz respeito à Universidade (estas foram encaminhadas ao CDAPH no ano de 2003). O acervo bibliográfico dessa coleção é formado por publicações impressas pela instituição – tanto periódicos especializados quanto livros. Por fim, esta coleção acolhe também documentos de origem diversa que registram fatos relativos à missão e aos trabalhos encetados pelos franciscanos no campo educacional (relatórios, projetos, atas de reunião de conselhos, correspondências etc.).¹⁰

A entrada do Fundo Ernesto de Moraes Leme (1896-1986) no CMR ocorreu em setembro de 1987. Ele nasceu em Bragança Paulista, formou-se em Direito pelo Largo São Francisco (1919), finalizou seu doutorado em 1934. Foi professor desse curso até 1966, quando se aposentou. Atuou como Promotor de Resíduos da Comarca da Capital (1931-1934). Foi eleito deputado da Assembléia Constituinte e Legislativa de São Paulo

(1935-1937) pelo Partido Constitucionalista. No ano de 1945 filiou-se à UDN (União Democrática Nacional). Na Universidade de São Paulo, Ernesto Leme ocupou o cargo de diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (1946) e de reitor (1951-1953). Foi delegado permanente do Brasil na ONU, como embaixador (1954-1955), e também ocupou o cargo de secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo entre 1964 e 1965. Seu acervo foi doado pela família, após seu falecimento. O Fundo Ernesto Leme é formado por impressos (livros, periódicos, relatórios públicos, dentre outros), documentos pessoais (correspondência, fotografias, anotações etc.) e documentos reunidos no transcorrer de sua vida profissional, os quais registram as diversas atividades que ele exerceu.

Com o passar dos anos, o acervo do CMR¹¹ ganhou maior envergadura ao celebrar o Convênio entre o Ifan¹² e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 1990, vindo a receber em custódia o acervo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança Paulista (1797-1980). Se atentarmos para algumas das cláusulas do Convênio, dentre as quais destacamos a

Cláusula Primeira

a) Os entendimentos efetivados entre a Universidade São Francisco, o D. Juízo Diretor do Fórum local e a Presidência do Tribunal de Justiça, visando à entrega do acervo do Arquivo Central da Comarca, para estudos e levantamentos históricos, a serem feitos por pesquisadores, estudantes e quaisquer interessados [...]

Cláusula Segunda

O objeto deste convênio é a entrega, pelo Tribunal de Justiça, do acervo do Arquivo Central da Comarca de Bragança Paulista, que ficará sob a guarda e responsabilidade da Universidade São Francisco, e servirá de campo de estudos científicos para a comunidade [...]

Cláusula Terceira

A documentação entregue e que permanecerá sob custódia, responsabilidade, conservação e restauração da Universidade São Francisco, poderá ser por esta outorgada à atuação permanente da Coordenadoria do Ifan da Universidade São Francisco e franqueada à pesquisa de cientistas e humanistas de quaisquer outras instituições, cabendo à Universidade divulgar, oportunamente, os resultados dos estudos realizados [...] (p. 41-42),

podemos entender quais são os termos que legitimam que o Fundo do Poder Judiciário seja custodiado pelo CDAPH, até os dias de hoje. Este conjunto documental encontra-se em estado diverso de organização e preservação de quando deu entrada no então CMR, em fins de 1989.¹³

No laudo técnico pericial (1990) elaborado na ocasião da entrada no acervo do CMR, localizamos informações relativas à caracterização geral; ao acondicionamento, ao estado de preservação e à acessibilidade desse acervo do Judiciário (1990, p. 1). No laudo foi registrado que o acervo do Judiciário, quando foi depositado no CMR, encontrava-se acondicionado em caixas de papelão; que estas possuíam dimensões inadequadas, estando abarrotadas de processos, para além da capacidade adequada para armazenamento. Salientou-se que tais caixas estavam empilhadas desordenadamente, por conta do que a acessibilidade ao acervo era difícil nas estantes do CMR, que eram altas e inadequadas para acolher o acervo do Judiciário. Além do que, no laudo encontramos a seguinte descrição relativa ao acondicionamento:

[...] da documentação proveniente da Segunda Vara [...] os processos encontram-se agrupados em pacotilhas de aproximadamente quarenta centímetros de altura, compactados e amarrados com barbante de algodão, sem proteção alguma. Tal procedimento favorece o acúmulo de poeira e os barbantes acabam por atuar como serra, gerando rasgos e cortes à meia extensão das folhas, tanto no sentido de largura como no de comprimento. (1990, p. 4)

Atualmente, o Fundo do Poder Judiciário encontra-se acondicionado adequadamente em caixas plásticas, dispostas em estantes deslizantes. Os processos desinfectados, identificados e organizados podem ser acessados com facilidade pelo pesquisador.

Esse fundo, além de reunir processos crimes, cíveis, comerciais e trabalhistas, contém inquéritos, editais e diversos tipos de livros, dentre os quais destacamos, os inquéritos, os livros de notas, de coletoria, de protocolo, de relação de jurados, de audiências do juízo municipal, do juízo cível, criminal, da provedoria, do cofre de órfãos, de emolumentos, do rol dos culpados, de registros de escrituras, de registros de inquéritos, de inventários, de precatórias, de feitos, entre outros. Ainda, alguns processos do Judiciário possuem por entre suas páginas plantas, mapas, jornais, panfletos, fotografias etc., reunidos como elementos probatórios dos autos. O Fundo do Judiciário possui em torno de 80 mil processos.

Quando o CMR foi criado localizava-se junto ao Ifan, que na época era próximo das atuais instalações do CDAPH. O espaço destinado à guarda da documentação ocupava uma sala estreita, tendo por volta de dois metros e meio de largura, com teto na altura aproximada de cinco metros, sem luz e ventilação naturais. Não havia espaço para separar o material tratado do material que ainda iria passar pelo processamento técnico e higienização. Nessa época, as estantes destinadas ao CMR foram adaptadas para as dimensões daquele espaço. Elas

alcançavam a altura do teto, o que dificultava sobremaneira o manejo do acervo, que exigia um constante subir e descer da escada, por entre caixas, pacotilhas e pastas amontoadas. O CMR dispunha de uma pequena sala, também esta sem ventilação e luz naturais, com pouco mais de 6 m², em que se realizava a higienização e identificação do acervo, bem como o atendimento ao público.

Passados 18 anos, a situação mudou. O CDAPH dispõe de uma área total de 420 m² e ocupa dois blocos de 180 m² cada um, com ventilação e iluminação adequadas. Essa área abriga: o acervo, o espaço destinado ao apoio institucional e atendimento ao usuário, a sala de processamento técnico, a sala de microfilmagem¹⁴ e a sala de desinfestação e higienização do material. A entidade dispõe de estrutura física e recursos humanos que permitem o atendimento a pesquisadores, professores e estudantes da Universidade São Francisco, como também ao público externo. Pontuamos que, os profissionais que atuam junto à gestão do acervo, para além dos procedimentos de rotina relativos aos acervos documentais do CDAPH, participam tanto de atividades de extensão¹⁵ promovidas na Universidade São Francisco quanto de pesquisas destinadas à localização de acervos.¹⁶

Nos primeiros anos da década de 90 tivemos a publicação do *Guia do CMR*, dos *Cadernos do CMR*¹⁷ e de um *Catálogo de Periódicos*, após o que, tivemos a publicação dos *Boletins CDAPH*¹⁸ e, simultaneamente, a definição de uma política editorial que privilegiou a publicação de várias obras na área da história da educação.¹⁹

No contexto de tais mudanças, atividades e realizações, o acervo do CDAPH continuou a acolher doações e, por conseguinte, crescer. Muitas dessas doações deram origem às novas coleções ou permitiram a ampliação das já existentes. Dentre estas, vamos destacar: a *Coleção Saúde e Higiene*, a *Coleção Frei Pedro Sinzig*, a *Coleção Intelectuais Brasileiros* e a *Coleção Cultura Material Escolar*.

No CMR, por entre seu acervo bibliográfico, já havíamos identificado a existência de publicações relativas à saúde. Tais publicações haviam pertencido ao médico pediatra Eduardo Almeida. Elas cobrem as décadas de 1930 a 1950, tratando privilegiadamente de pediatria e da saúde materno-infantil. O acervo de Eduardo Almeida foi encaminhado ao CMR, numa das iniciativas de descarte de uma das entidades museológicas da cidade de Campinas, no início da década de 90. A *Coleção Saúde e Higiene* foi formada quando da entrada do acervo do médico ginecologista e advogado, Manoel Martins Soares (1914-1990), no CDAPH. Este acervo foi doado por sua família, no ano de 2001. Este médico, nascido em Botucatu, formou-se na Escola de Medicina da Praia Vermelha (RJ) em 1940, trabalhou em São Paulo como médico no exército, atuando como tenente-coronel, no Hospital do Exército localizado no Cambuci. O material doado é formado por

livros e impressos de natureza variada, mas as publicações relativas à área da Saúde predominam no conjunto das obras, a par do que avaliou-se a pertinência de formarmos a *Coleção Saúde e Higiene*,²⁰ que reúne publicações diversas que tratam de medicina legal, saúde pública, políticas públicas, sanitarismo, higiene e puericultura. Esta coleção possui 516 títulos identificados e listados.

A origem da *Coleção Frei Pedro Sinzig*,²¹ OFM (1876-1952), antecedeu a criação do CDAPH. Ela congrega o conjunto de obras publicadas por ele, que foi um dos fundadores da *Revista Vozes*. Nesta coleção destacam-se as obras referentes à história da literatura e da música no Brasil, os periódicos nos quais ele escreveu e as coletâneas publicadas e organizadas por seus colaboradores. Esta coleção possui partituras, artigos de periódicos e livros. Destes, destacamos alguns títulos: *Dicionário musical*; *Ai! Meu Portugal*; *Guerra*; *Entre dois mundos*; *Em plena guerra*; *Não desanimar*; *Através dos romances*; *Arte cristã*; *Igreja e convento de São Francisco da Baía*; *Sei Compor!*; *São Francisco de Assis e seu culto no Brasil*; *Modinhas brasileiras*, dentre outros.

Já, as *Coleções Intelectuais Brasileiras* e *Cultura Material Escolar* tiveram sua origem após o ano de 2000, com a consolidação do CDAPH no cenário acadêmico. Estas coleções foram organizadas no transcorrer do trabalho de rastreamento e garimpagem, por entre dois acervos bibliográficos distintos, de obras consideradas de interesse para o CDAPH – este trabalho ainda faz parte das rotinas de procedimentos da entidade. O primeiro acervo é formado por obras oriundas de diferentes bibliotecas franciscanas que estão sob responsabilidade do Sistema de Bibliotecas da Universidade São Francisco e o segundo acervo é formado de publicações freqüentemente doadas ao CDAPH.

A *Coleção Intelectuais Brasileiros* reúne publicações de alguns intelectuais brasileiros, tais como: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Capistrano de Abreu, Alceu Amoroso Lima, Plínio Salgado, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Carneiro Leão, Sérgio Buarque de Holanda, Alberto Torres, Primitivo Moacyr, Paulo Prado, Rui Barbosa, Euclides da Cunha, Francisco Campos, Jonathas Serrano, dentre outros. Esses intelectuais tratam de temas relacionados à produção intelectual brasileira relativa aos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. Esta coleção possui 500 títulos identificados e listados.

A *Coleção Cultura Material Escolar* congrega fontes diversas para a história e memória da educação brasileira, tais como: atas, censos, regimentos, pareceres, legislação etc., dando maior ênfase ao período republicano.

A *Coleção Livros Didáticos do CDAPH* constituiu-se no interior da *Coleção Cultura Material Escolar*, após o número de livros didáticos ter ganho certa magnitude. Optamos por desmembrá-la daquela coleção. Tal crescimento contou com a colaboração do Sistema de Bibliotecas da Universidade São Francisco, posto que

este transferiu para o CDAPH livros didáticos de disciplinas, autores, períodos e edições variadas. Esta coleção possui 1.500 títulos identificados e listados.

Considerações finais

Em fins da década de 70 e no transcorrer dos anos 80, o país vivia a redemocratização política, a reconstrução de entidades representativas de classes, o fim da censura, o retorno de exilados políticos, a emergência de movimentos sociais distintos (feministas, étnicos, homossexuais, ambientalistas, em defesa dos direitos humanos etc.), lutando pelo reconhecimento de suas causas – estas são apenas algumas referências a fatos que estão ancorados no contexto daquela época, dignos de menção. Fatos, que por sua vez, remetem-nos a criação de várias entidades destinadas à coleta, à organização e à preservação de acervos documentais. Tais entidades foram fruto das iniciativas de instituições privadas ou públicas, acadêmicas ou sindicais, de organizações não-governamentais (ONGs) ou de grupos que representavam minorias estigmatizadas, de partidos políticos, dentre outros.

Estas entidades, após o lamentável período de ditadura militar imposto ao país, ciosas da necessidade de construir e preservar a memória das lutas, das derrotas e conquistas de grupos sociais, antes expurgados do espaço público e senhores de uma memória silenciada, na condição de minorias marginalizadas, cientes do descaso com que o poder público tratava de acervos considerados históricos, assumiram, em grande parte, a responsabilidade pela coleta, organização e preservação de vastos conjuntos documentais, fossem conjuntos públicos ou privados, institucionais ou particulares, textuais, imagéticos, sonoros ou iconográficos. Foram tais entidades que disponibilizaram para a pesquisa uma ampla variedade de fontes, até então pouco exploradas e valorizadas. Muitos destes conjuntos documentais encontravam-se dispersos, em condições quase de total inacessibilidade²² e desconhecimento, próximos da destruição física.²³

De maneira simultânea, nesse mesmo contexto, temos em diferentes áreas das chamadas Ciências Humanas pesquisas²⁴ que irão abordar temáticas até então relegadas ao esquecimento ou ao silêncio. Este movimento de ressignificação de temáticas e objetos a serem pesquisados contribuiu sobremaneira para que as instituições universitárias se sentissem motivadas a criar, em suas estruturas organizacionais, entidades destinadas à coleta, à organização e à preservação de acervos documentais, de origem e natureza diversa. Documentos que, em muitos casos, haviam sido abandonados à própria sorte, até mesmo pelo poder público, ou, numa situação mais extrema, destinados à destruição, acabaram sendo preservados e trazendo inúmeras contribuições às pesquisas acadêmicas.

Nesta perspectiva a trajetória do CDAPH inscreve-se em tal contexto. Seu acervo oferece uma vasta gama de conjuntos documentais para as diferentes áreas da pesquisa, privilegiadamente para a História da Educação Brasileira, possibilitando, a partir dela, um diálogo e interface com os demais campos do conhecimento.

Notas

- ¹ Para maiores informações <http://www.saofrancisco.edu.br/cdaph>.
- ² Ambos falecidos.
- ³ Tal projeto inscrevia-se em iniciativas similares que ocorreram na época, em cidades próximas de Bragança Paulista. Neste caso em particular, consideramos como hipótese o Centro de Memória da Unicamp, entre os anos de 1989 e 1990, que promovera cursos de especialização em arquivos. Muitos dos egressos desses cursos vieram a desenvolver projetos de natureza similar em suas cidades de origem, como foi o caso do historiador Francisco César de Araújo. O saudoso prof. José Roberto do Amaral Lapa era então o responsável pelo CMU. Consideramos que o CMU, naquele contexto, já era um pólo catalizador de iniciativas destinadas à identificação e à preservação de acervos documentais da região próxima a Campinas, pois muitas destas iniciativas estavam ancoradas em pesquisadores que, na maior parte das vezes, desfrutaram de relativo convívio acadêmico com o prof. Lapa.
- ⁴ As cidades de Extrema, Camanducaia, Itapeva, Cambuí, Bueno Brandão, Munhoz, Monte Sião e Ouro Fino pertencem ao estado de Minas Gerais.
- ⁵ Localizamos documentos em que sua denominação aparece como Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Histórica.
- ⁶ O coordenador do Ifan era frei Orlando Bernardi, OFM.
- ⁷ O coordenador do CMR era o prof. Marcos Cezar de Freitas. No CDAPH, ele assumiu a mesma função.
- ⁸ É necessário pontuar que o Grupo AFESBJ/CNSP-ASF utiliza o *software* Pergamum, o que permite a unificação do Sistema de Bibliotecas e padronização da gestão de informação institucional. O CDAPH, enquanto órgão especializado na gestão de acervos bibliográficos e documentais, coletados e custodiados pela Universidade São Francisco, tem direcionado esforços com o objetivo de automatizá-los de acordo com os parâmetros implementados pelo Grupo. Diante disso, parte de seu acervo bibliográfico (aproximadamente 1.000 títulos) já pode ser identificado *online* (<http://pergamum.saofrancisco.edu.br>).
- ⁹ O CMR também acolheu periódicos publicados por estudantes de graduação e periódicos impressos pela instituição (pertencentes ao período anterior ao reconhecimento da Universidade São Francisco, quando a instituição ainda era conhecida por Faculdades Franciscanas).
- ¹⁰ Alguns documentos reunidos em vida por frei Constâncio Nogara, OFM, também estão depositados no CDAPH. Frei Constâncio foi Reitor da Universidade São Francisco.
- ¹¹ Na época o coordenador do CMR era o prof. Marcos Cezar de Freitas.
- ¹² Na época o coordenador do Ifan era frei Agostinho

Piccolo, OFM.

- ¹³ Todos os encaminhamentos necessários para garantir a vinda do Fundo do Poder Judiciário para o CMR estão registrados no conjunto documental identificado por Ofício Circular nº G_1.286/Tribunal de Justiça – Formação de Arquivo Histórico do Judiciário, depositado na caixa nº 13 do ano de 1989 do Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança Paulista.
- ¹⁴ O CDAPH concorreu ao Programa Infra V da Fapesp em 2001 com o objetivo de selecionar e financiar projetos de apoio à infra-estrutura física à pesquisa em arquivos documentais. O Projeto Infra V avaliou pedidos dos principais centros de documentação do país. O projeto do CDAPH que solicitou infra-estrutura para a guarda, organização e disponibilização de sua base documental em agosto de 2001 (processo 00/13344-0) foi aprovado e, em decorrência, o CDAPH pôde adquirir equipamentos de microfilmagem. Este projeto foi apresentado pelo prof. Marcos Cezar de Freitas.
- ¹⁵ No segundo semestre de 2004 e no primeiro semestre de 2005 o CDAPH ofereceu oficinas para professores e estudantes de escolas públicas com intuito de familiarizá-los com o universo arquivístico, identificar acervos escolares e estimular a preservação de tais documentos no universo escolar. Os resultados dessa oficina foram profícuos. Foram responsáveis pelas oficinas as arquivistas e historiadoras Ana Cristina do Canto Lopes Bastos e Maria de Fátima Guimarães Bueno. Destacamos, dentre os resultados deste trabalho, que o CDAPH, por conta delas, conseguiu identificar acervos de escolas profissionais e de creches que já não existem mais, pois foram extintas, localizar acervos fotográficos de professores aposentados e estimular iniciativas destinadas à identificação, organização e preservação de tais acervos em suas unidades de origem, fomentando a construção da memória das escolas públicas. Nestas oficinas, para além dos princípios arquivísticos, trabalhamos no entrecruzamento de discussões relativas à intencionalidade que envolve o ato de organizar acervo, no sentido de se construir uma dada História e Memória, ancoradas nas leituras que estimulavam reflexões acerca do que se entende por sujeito histórico, fonte documental (monumento/documento) e sentimento de pertença. Os resultados deste trabalho deverão ser apresentados no VII Encontro Nacional dos Pesquisadores em Ensino de História, a realizar-se em fevereiro de 2006, em Belo Horizonte.
- ¹⁶ No transcorrer do primeiro semestre de 2003, as arquivistas e historiadoras do CDAPH participaram de um projeto relativo à ressignificação da memória educacional da Escola Dr. Jorge Tibiriçá (1897) de Bragança Paulista, coordenado pelo prof. Laerthe de Moraes Abreu. Tal participação culminou na apresentação dos resultados de nosso trabalho no 14º Congresso de Leitura (COLE) do Brasil, realizado em 2003, na Unicamp, cujo título era Arquivo da Escola Dr. Jorge Tibiriçá: espaço da memória e potencialidades para a história da educação brasileira.
- ¹⁷ Consultar catálogo *online* do Sistema de Bibliotecas da Universidade São Francisco, www.saofrancisco.edu.br/biblioteca.
- ¹⁸ No *Boletim CDAPH*, v. 3, nº 1, 2002, o editorial da profa. Maria Gabriela S. M. C. Marinho, então coordenadora do CDAPH, registra as mudanças no CDAPH nos seguintes

termos “Um intervalo de aproximadamente quatro anos separa a edição anterior do *Boletim CDAPH* da publicação que agora trazemos novamente ao escrutínio dos pesquisadores aglutinados em torno da história da educação. O período, rico em transformações, possibilitou o amadurecimento institucional do CDAPH e, por conseguinte, do próprio boletim [...]” (2002, p. 7-8).

¹⁹ Consultar catálogo da Edusf: www.saofrancisco.edu.br/edusf.

²⁰ Nesta coleção temos obras que registram a medicalização crescente do cotidiano. Ela reúne compêndios de higiene, anais de congressos relativos à infância, cartilhas e manuais para as mães, publicações que versam sobre “biotipologia”, impressos que abordam na perspectiva de políticas públicas – a sífilis, a tuberculose e a lepra (não encontramos a expressão hanseníase nas obras às quais nos referimos), dentre outros temas.

²¹ Esta foi uma iniciativa do então coordenador do Ifan, frei Orlando Bernardi, com a colaboração de Cláudio Benemann. Para maiores esclarecimentos, ver artigo publicado no *Boletim CDAPH* nº 3, *O acervo da Biblioteca de Obras Raras (CDAPH-USF)*, de autoria de Cleonice Aparecida de Souza, frei Orlando Bernardi e Maria de Fátima Guimarães Bueno.

²² Em nosso entender, para que as entidades responsáveis por acervos documentais (centros de memória/documentação, arquivos, museus e bibliotecas) tenham suas potencialidades exploradas, enquanto lugares de memória, é necessário que elas privilegiem a acessibilidade dos acervos que reúnem, tanto quanto a coleta, organização e preservação destes.

²³ Referências que ilustram esta situação podem ser encontradas no artigo de Robert W. Slenes, *Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?* Publicado na *Rev. Bras. de Hist.*, v. 5, nº 10, mar./ago. 1985, em que o autor afirma “o novo Código de Processo Civil, no seu artigo 1.215, permitiu a destruição dos autos [...] findo o prazo de cinco anos contando da data do arquivamento. É verdade que este artigo foi suspenso em 1975 por outra lei, votada no Congresso por iniciativa do executivo, depois de um amplo protesto por parte de entidades culturais. Contudo, ele refletiu a preocupação dos donos dos cartórios e das

autoridades em geral com um problema premente: o crescente volume da documentação cartorial e, como conseqüência, o custo cada vez maior de seu arquivamento” (p. 167). Outro exemplo ao qual podemos aludir foi a deliberação publicada no *Diário Oficial* de 18 de fevereiro de 1997, nas páginas 1 e 2, do Provimento do Conselho Superior da Magistratura (CSM) nº 556/97, regulamentando a destruição física de autos de processos arquivados há mais de cinco anos em primeira instância, nas comarcas da capital e do interior do estado. O Provimento CSM nº 556/97 fomentou em diferentes Comarcas do Estado uma preocupação pela integridade e preservação dos acervos que se pretendiam destruir. Refletir acerca da organização e preservação de acervos públicos, e não apenas do Judiciário, exigiria de nossa parte muito mais atenção, porém este não é o mote de nosso relato, o que não nos impede de salientar a questão e, quem sabe em ocasião mais profícua, debruçarmo-nos sobre ela. Afinal, por que não se implementarem medidas destinadas a criar um sistema de arquivos públicos com políticas de gestão da informação visando ao aprimoramento da administração pública e à transparência de seus atos?

²⁴ Estas pesquisas privilegiavam como objeto de estudo aqueles grupos sociais estigmatizados, cujas práticas culturais afeitas às tradições populares e às lutas de resistência inscritas em seu cotidiano estavam situadas nas fimbrias das abordagens teóricas mais familiarizadas ao trato dos “grandes” temas relacionados aos eventos políticos, aos ciclos econômicos e às iniciativas heróicas de alguns vitoriosos – par de uma perspectiva que pasteurizava as tensões e os conflitos sociais, amordaçando o sujeito histórico singular em categorias genéricas, tais como povo, massa, classe etc.).

Referência

CENTRO DE MEMÓRIA REGIONAL. *Guia do Centro de Memória Regional*. Bragança Paulista, SP: Edusf, 1990.

Sobre a autora:

Maria de Fátima Guimarães Bueno é coordenadora de gestão do acervo do CDAPH.